



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

072

22

Embargos de declaração nº 112579-3/03 - Comarca do Recife

Embargante: Josué Oliveira Silvestre.

Embargado: Município do Recife.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO CONFIGURADA. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Os embargos de declaração não se adequam para o reexame meritório do *decisum*. 2. No caso concreto não se configura a ocorrência de prescrição intercorrente pelo fato do pedido de reiteração de citação ter sido realizado cinco anos após o ajuizamento da ação executiva, mas sim, a demora inerente a mecanismos do poder judiciário para realizar as diligências cabíveis, não podendo o exequente ser prejudicado por este motivo. 3. Aplicação da Súmula nº 106 do STJ, razão pela qual não entendo vulnerados os arts. 174, parágrafo único, do CTN e 219, § 4º, do CPC. 4. Aclaratórios improvidos por unanimidade.

5527

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 112579-3/03, acima referenciados, julgados nesta data, **ACÓRDÃO** os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 112579-3/03 - Comarca do Recife

Embargante: Josué Oliveira Silvestre.

Embargado: Município do Recife.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração diante de acórdão assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO RECURSO DE AGRAVO. PRINCÍPIO DA FUGIBILIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106 DO STJ. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Considerando que a decisão foi proferida com base no art. 557 do CPC, a via de insurgência cabível é o recurso de agravo, pelo que fungibilizo este agravo regimental para recebê-lo como recurso de agravo. 2. No caso em tela, o crédito tributário em questão refere-se ao exercício financeiro de 1990, sendo inscrito em dívida ativa em 19/12/1994 e a ação executiva em tela fora proposta pela Fazenda Pública Municipal em 11/01/1995, dentro do prazo prescricional, promovendo-se o despacho citatório em 29/03/2001. 3. Não obstante a citação ter ocorrido em interregno superior a cinco anos da constituição definitiva do crédito, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição, posto que a demora na citação se deu por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, a teor do contido na Súmula nº 106 do STJ, razão pela qual não considero vulnerado o art. 156 do CTN. 4. Recurso improvido à unanimidade (AReg 112579-3/02, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 21/12/2009).

Segundo o embargante, a citada decisão padece de obscuridade e contradição quanto à alegação de prescrição intercorrente, pois a demora na citação ocorreu devido à inércia do embargado, uma vez que, a ação executiva foi proposta e distribuída em 11/01/1995 e a reiteração do pedido citatório ocorreu apenas em 11/01/2000, prequestionando-se explicitamente os arts. 174, parágrafo único, do CTN e 219, § 4º, do CPC, ditos violados.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede aclarar alegada obscuridade e contradição quanto à decisão de inoccorrência de prescrição intercorrente do crédito tributário referente ao ano de 1990.

Conforme se depreende da leitura do acórdão, a questão suscitada foi enfrentada no aresto embargado, não servindo-se esta sede aclaratória ao reexame meritório do que decidido.

Diante de todo exposto, nego provimento aos aclaratórios, não considerando vulnerados os arts. 174, parágrafo único, do CTN e 219, § 4º, do CPC.

É como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator

29
074